

ASPECTOS ÉTICOS E TÉCNICOS DA PRÁTICA PSICOTERÁPICA: A VISÃO COMPORTAMENTAL¹

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI²

**Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento
e
Instituto de Análise de Comportamento
Campinas - SP**

A presente investigação não visa ao conhecimento teórico – pois não investigamos para saber o que é a virtude, mas a fim de nos tornarmos bons, do contrário o nosso estudo seria inútil – devemos examinar a natureza dos atos, isto é, como devemos praticá-los; pois que eles determinam a natureza dos estados de caráter que daí surgem. (Aristóteles, 1984, p. 68)

A citação abaixo indica a dimensão da extensão e complexidade de se discutir “aspectos éticos”:

“É muito complicado discorrer sobre problemas éticos: seus limites são difusos e seus fundamentos controvertidos. A moral evolui, retrocede, avança, se esconde e reaparece em direção a um universo de valores. ‘Tudo é permitido’ parece ser um limite. ‘Nada é permitido’ seria outro. Entre ambos, um contínuo dificilmente independente das situações concretas. Os pontos de referência tanto podem ter uma conotação teológica (códigos éticos milenares) como uma razão ontológica (a sobrevivência).” (Dorna e Méndez, 1979, p.95).

Não se pretende, neste texto, abranger uma gama tão ampla de aspectos. Nosso objetivo se restringe a apresentar alguns pontos para reflexão, que emergem a partir de elaborações teóricas do behaviorismo radical e de aplicações de tal modelo. O crescente conhecimento conceitual e a ampliação da tecnologia comportamental têm suscitado uma permanente preocupação com a relação entre a ideologia pessoal dos analistas de

¹ A primeira versão do presente texto foi apresentada na mesa redonda do evento *Psicologia Clínica em Debate*, promovido pelo CRP-06 em 10/junho/95.

² Agradeço a Maria Eloísa B. Soares, Mariana Menezes e Noreen Campbell de Aguirre pelas valiosas sugestões durante a elaboração do texto.

comportamento e a ideologia profissional de uma área de investigação científica — a Análise do Comportamento — que fornece conhecimentos e instrumentos de intervenção no nível individual e social. Há necessidade de fazer uma reflexão sobre o papel do homem e do profissional, sintetizado numa mesma pessoa. Tal pessoa deve estar plenamente envolvida com preocupações de dirigir a atuação profissional para uma sociedade em contínuo desenvolvimento, pluralista, aberta e experimental, resultante da interação entre a ação individual e o produto social, que decorre de tais ações, mais precisamente dos comportamentos que a pessoa emite e dos sentimentos que os acompanham. Assim, afirmaram Dorna e Méndez, (1979):

“O conhecimento das leis que regem o comportamento humano pode permitir uma melhor utilização dos recursos humanos e ao mesmo tempo compreender melhor os eventos que limitam seu desenvolvimento. Deixar ao acaso as mudanças da sociedade tem gerado mais conseqüências negativas do que positivas.” (p. 13). Os mesmos autores afirmam mais adiante “a pergunta que (o behaviorismo) formula através de seus êxitos tecnológicos afeta diretamente uma das esferas mais formidáveis da atividade humana: o poder. E, mesmo que não se expresse de maneira categórica, não deixa de ser evidente que constitui uma retomada do problema do poder – controle e contracontrole – a partir de uma questão até o momento pouco explorada: as leis empíricas que regem o comportamento dos homens e cujo produto é fazer história; ao invés de fazê-la a partir das leis que regem a história dos homens.” (pp.14 e 15).

Assim, introduzido o tema do controle dos comportamentos do homem e o impacto direto que tais comportamentos têm sobre a sociedade por ele desenvolvida, cabem algumas considerações e definições de termos.

“A palavra controle tem sido confundida com repressão. A identificação de controle como uma privação de liberdade constitui um grave equívoco... Na linguagem científica, a noção de controle faz referência a uma premissa estritamente de ordem epistemológica: evoca aceitação do princípio determinista. Nesse contexto, o vocábulo controle expressa um fato empírico: a relação funcional entre os eventos naturais, entre os quais se inclui o comportamento humano.” (Dorna e Méndez, 1979, p.110).

Bandura (1969) enfatizou algumas questões centrais da discussão em torno do papel do controle do comportamento:

“Uma distinção ética mais fundamental pode ser feita questionando se o poder de influenciar outros é utilizado para vantagens do controlador ou para o benefício do controlado, e não em termos do critério ilusório do consentimento voluntário.”

(p. 82). Ou, mais adiante: “*Os princípios comportamentais não ditam a maneira pela qual são aplicados.*” (p. 84). Ou: “*Ao discutir temas práticos e morais do controle comportamental é essencial reconhecer que a influência social não consiste em impor controles onde antes não existia nenhum. **Todo comportamento é inevitavelmente controlado, e a operação das leis psicológicas não pode ser interrompida por concepções românticas sobre o comportamento humano, assim como, qualquer rejeição indignada da lei da gravidade como anti-humana não vai fazer com que as pessoas deixem de cair. O processo de mudança comportamental, portanto, envolve a substituição das condições controladoras que têm regulado o comportamento da pessoa por novas condições. A questão moral básica não está em discutir se o comportamento do homem está submetido ao controle, mas por quem, por que meios e para que fins.***” (p. 85) (grifos meus).

Ao se voltar para tais questões básicas, postas por Bandura, há necessidade de explicitar que existe uma distinção clara entre o behaviorismo e a ciência do comportamento. Skinner (1974) escreveu:

“Behaviorismo não é a ciência do comportamento humano; é a filosofia de tal ciência” (p. 3). Em outras palavras: “(o behaviorismo) constitui uma epistemologia que propõe as bases ou princípios fundamentais a partir dos quais se pode fazer ciência. O behaviorismo, enquanto filosofia da ciência do comportamento, não faz referência, obrigatoriamente, a resultados específicos, nem às aplicações que tais resultados podem permitir levar à prática. Em segundo lugar, outra fonte de distorções, em certa medida conseqüência direta da anterior, consiste em crer que existe um corpo de conhecimentos absolutamente estruturado e aceito ‘disciplinadamente’ por toda a comunidade científica denominada ‘os behavioristas’”. (p. 17).

A explicitação dos dois equívocos faz-se necessária para os críticos desavisados do Behaviorismo, oferecendo-lhes pistas precisas, a partir das quais poderão, mais corretamente, substanciar os argumentos que direcionam contra tal proposta comportamental. Serve também de alerta para os adeptos do Behaviorismo quanto à existência de um corpo de conhecimento – teórico e experimental – inacabado e que exige avanço de desenvolvimento comprometido com o bem-estar e o progresso individuais e da comunidade. Concluindo, o uso do conhecimento das leis do comportamento, a produção científica de tais conhecimentos, a reflexão crítica sobre a metodologia de pesquisa empregada, sobre o uso e sobre a generalidade da validade dos dados se resume na emissão de classes diferentes e complementares de comportamentos, por parte dos analistas de comportamento – pesquisadores e teóricos –, e o que, essencialmente, importa é o que controla tais comportamentos. Nada simples, mas que pode ser sintetizado numa frase: as preocupações éticas se incorporam aos determinantes dos comportamentos humanos.

Nas palavras de Skinner (1961):

“Todos somos controlados pelo mundo em que vivemos e parte de tal mundo tem sido e continuará sendo constituído por seres humanos. A questão é esta: devemos ser controlados por acidente, por tiranos ou por nós próprios num planeamento cultural eficaz?... O primeiro passo na defesa contra a tirania é a definição mais completa possível das técnicas de controle... (outro) é o contracontrole – uma condição em que aos humanos não é permitido controlarem-se uns aos outros através da força. Em outras palavras, o próprio controle tem que ser controlado.” (pp. 10 e 11). (Inclusive o controle positivo, como se verá).

Em outro texto (Skinner, 1983) afirmou:

“O homem não se desenvolveu como animal ético ou moral. Difere dos outros animais não por possuir um senso ético ou moral, mas por ter sido capaz de gerar um ambiente social moral e ético.” (p. 131).

Tal conclusão exige mais um esclarecimento:

“É necessário reconhecer uma distinção fundamental entre o conceito de controle do comportamento e de manipulação do comportamento. O primeiro corresponde a uma noção epistemológica e a um mecanismo natural, independente de nossa vontade e cuja realidade é posta em evidência pela experimentação; a segunda (manipulação) se refere à modificação do ambiente ou do comportamento com a intenção deliberada de influir sobre a pessoa sem seu consentimento.” (Dorna e Méndez, 1979, p.112).

A literatura da liberdade tem dado grande ênfase ao controle aversivo, mas não é apenas a este tipo de contingência que devemos estar atentos. O controle aversivo pode ser mais facilmente identificado e, se o for, induz, ele próprio, ao contra-controle.

“Tanto o controle como o contracontrole podem ser explicados em função das mesmas leis. Um contracontrole surgirá sempre como consequência das formas aversivas de controle.” (Dorna e Méndez, 1979, p.114).

É fácil discriminar o castigo, a opressão, a coerção. Sob este tipo de relação com seu meio social ou físico, a pessoa se rebela, se organiza, produz uma alteração na ordem de poder. As revoluções sociais são exemplos de que, em um momento ou outro, o opressor é deposto. No nível individual, o mesmo processo ocorre. Há inúmeros exemplos de padrões de fuga-esquiva em que o subjugado se liberta: o filho se livra do controle econômico do pai, indo trabalhar; das chantagens da mãe hiponcondríaca, morando fora; da repressão

sexual, fazendo amor longe do controle repressor; e assim por diante. Equivocadamente, confunde-se comportamento de fuga-esquiva, no sentido técnico, com seu significado popular (que atribui à fuga-esquiva um sinal de fraqueza, medo, falta de maturidade etc.). A fuga-esquiva é um padrão comportamental que surge diante de uma situação aversiva (ou ameaça de) e que tem como resultado eliminar ou evitar essa condição adversa. O padrão comportamental bem sucedido se fortalece. Assim, definido funcionalmente, não cabem avaliações valorativas ao comportamento de fuga-esquiva, uma vez que pode ser um padrão de desempenho altamente desejável: o escravo que se liberta do opressor foge (no sentido técnico) dele; o parceiro que se afasta de uma relação amorosa do tipo sado-masoquista e passa a viver mais harmoniosamente, também. O padrão de fuga é “neurótico” quando a pessoa atribui aversividade a situações que não são tipicamente aversivas, mas às quais ela, devido a uma história de contingências particular, atribui essa função. É o caso do comportamento fóbico, para sugerir um exemplo. Na clínica ocorre uma amostra enorme de contracontrole do tipo “neurótico”, aquele em que o indivíduo se liberta do controle aversivo (neste caso é um exemplo de comportamento de fuga-esquiva), mas, em seguida, se engaja em outro relacionamento que produz novas e diferentes conseqüências, *porém também aversivas*. Às vezes, as condições em que isso ocorre são inevitáveis: o prisioneiro de guerra que foge do campo de concentração, ainda que para correr o risco de ser alvo dos guardas que o perseguem, permite ilustrar este aspecto. Neste caso não caberia chamar tal fuga de “neurótica”. Porém, na maioria das vezes, há possibilidades de se esquivar de uma situação aversiva e se envolver numa relação gratificante e realizadora, mas isso não ocorre. A pessoa que foge do ambiente hostil do lar, no qual vive relações aversivas com os pais, casando-se, sem plena consciência dos reais vínculos afetivos que a fazem se aproximar do parceiro, pode exemplificar um comportamento de fuga indesejável. Não adianta, porém, lamentar a escolha infeliz. Há que se avaliar as contingências que determinaram tal escolha: o que, na história de contingências desta pessoa e nas condições atuais, a levou a uma escolha específica. O processo psicoterapêutico, neste sentido, pode ser libertador, pois contribui para que a pessoa identifique a que aspecto de sua realidade responde e que determina os comportamentos que emite. Não se trata, portanto, de negar o controle (o que seria ingênuo). Nem mesmo de aceitar, incondicionalmente, o contra-controle escolhido pelo cliente, numa atitude de concordar tacitamente com sua opção, usando argumentos tais como, *“a liberdade de escolha do cliente deve ser respeitada”*. Tal justificativa seria grave omissão do terapeuta, pois o ponto essencial não está em aceitar que o outro escolheu livremente o comportamento a ser emitido, mas sim em explicitar as variáveis determinantes do comportamento de escolher uma alternativa comportamental dentre várias. Liberdade não é substantivo com função de determinante do comportamento emitido, mas sentimento que acompanha comportamento, ambos ocorrendo em função de contingências amenas de reforçamento positivo. Trata-se, enfim, de descrever as razões (as contingências de reforçamento) que o fazem agir desta ou daquela maneira, tornando-o consciente dos determinantes de uma conduta e, como tal, instrumentando-o a ser capaz de fazer opções apropriadas (aquelas que geram mais reforçadores positivos e menos negativos para si mesmo e para os que o cercam em determinado contexto).

O controle atua, quer se tenha consciência dele ou não. Desconhecê-lo é deixar a sua operação nas mãos do outro; conhecê-lo permite a opção. *“Não podemos escolher um gênero de vida no qual não haja controle. Podemos, tão só, mudar as condições controladoras.”* (Skinner, 1993, p.163). Nem sempre, porém, o controle aversivo é

evidente. A pessoa, em geral, responde a um emaranhado de contingências de reforçamento que interagem entre si. Suponha uma condição em que está em operação uma contingência de esquiva. A mesma resposta de esquiva tem dupla consequência: adia o aparecimento do evento aversivo (o reforço negativo não é apresentado) e produz uma consequência social com topografia de reforço positivo generalizado (embora não tenha necessariamente tal função). Por exemplo, os pais deixam claro que o filho deve tirar uma boa nota na escola, caso contrário haverá uma desaprovação por parte deles, retirada contingente de atenção, queixas sobre os custos das mensalidades escolares, comparações com desempenhos acadêmicos melhores do primo, do vizinho etc. Por outro lado, se as notas forem satisfatórias, o filho será elogiado, os pais poderão lhe dar alguma forma de carinho etc. O que mantém o comportamento do aluno é, provavelmente, a contingência aversiva, da qual ele se esquiva sempre que os comportamentos que emite produzem boas notas. O desempenho acadêmico, revelado pela boa nota, o protege de experimentar o contato com as consequências adversas e ao mesmo tempo produz consequências com topografia (não necessariamente com função) de reforço social generalizado, como atenção, aprovação etc. É quase certo que o filho não discriminará o controle aversivo que o mantém se comportando de modo a tirar boas notas e, como tal, não emitirá comportamentos de contracontrole. Uma vez que os comportamentos que produzem boas notas foram fortalecidos, fica difícil demonstrar o que os determinou: reforçamento negativo ou positivo. Sem mexer nas contingências assim descritas, a única maneira de saber é obter evidências sobre os sentimentos do filho: contingências coercitivas produzem estados corporais denominados de ansiedade, medo, culpa etc.; contingências reforçadoras positivas produzem satisfação, bem-estar etc. Uma forma de exercer contracontrole poderia ser o filho dizer para os pais que, com a exigência de boas notas, sente-se ansioso, preocupado etc. Mas, para tal, precisaria discriminar a contingência coercitiva em operação ou os sentimentos por ela produzidos. Tarefa bastante complexa sem uma agência social que crie contingências para ele discriminar a que contingências vem respondendo. A situação apresentada enfatiza, mais uma vez, que o conhecimento das leis comportamentais que determinam comportamentos e sentimentos e de como alterá-las é o único instrumento de libertação do homem.

O comportamento humano pode ser governado por regras ou selecionado pelas consequências que produz. As regras podem ser definidas como enunciados feitos pelo outro com função discriminativa e com forma de descrição de contingências de reforçamento. O que mantém a pessoa sob controle da regra é a consequência social de segui-la, liberada pela pessoa que enuncia a regra, ou a consequência prevista na contingência descrita pela regra (obter um reforço positivo, evitar um evento aversivo etc.). A regra pode ser uma descrição adequada da contingência a que se refere (embora, ela própria nunca chegue a ter a precisão da contingência real) e o problema ético reside na consequência que se comportar sob controle da regra produz. Se a consequência for natural — produzida pelo próprio comportamento —, não há problema ético, pois a realidade confirma a descrição da contingência. Se, no entanto, a regra produzir uma consequência arbitrária — apresentada pelo outro e não produzida diretamente pela resposta —, pode haver problema ético, se o controle exercido pelo outro for coercitivo e não for em benefício da pessoa que segue a regra. Há um agravante adicional: a regra pode não ser uma descrição correta das contingências de reforçamento e instalar comportamentos que beneficiam aquele que enuncia a regra (em detrimento daquele que fica sob controle dela) ou comportamentos supersticiosos (em que as relações comportamento-consequência são

contíguas e não contingentes) ou comportamentos de esquiva em situações nas quais não existem eventos com função aversiva para a pessoa que se comporta sob controle da regra (os quais impedem a pessoa de entrar em contato com a real relação comportamento-conseqüência). Há, neste contexto, problema ético, pois a pessoa se comporta sob contingências coercitivas que não a beneficiam ou sob relações comportamento-conseqüência falsas ou espúrias.

Quando o comportamento é selecionado pelas conseqüências que produz naturalmente, não há problema ético, mesmo que o comportamento produza conseqüências aversivas (uma pessoa que permanece um tempo prolongado sob o sol pode ter como conseqüência queimaduras na pele). Se a conseqüência for, porém, arbitrária, cabem as mesmas considerações apontadas no comportamento governado por regras: a conseqüência instala e mantém comportamentos que beneficiam a quem? Há maneiras não coercitivas para instalar os mesmos comportamentos? Podem ser usadas conseqüências mais amenas, que, não obstante serem menos intensas, ainda mantêm o mesmo papel funcional?

O que se busca no processo terapêutico é levar a pessoa a discriminar de quais determinantes os comportamentos que apresenta (respondentes e operantes) são função e a reorganizar tais contingências, de maneira consciente, isto é, tornando-a capaz de descrevê-las e de atuar no sentido de produzi-las ou alterá-las. Como resultado, o objetivo é preparar o indivíduo para elaborar e implementar suas próprias determinações. Produz-se, assim, um ser consciente e autodeterminado.

O ser humano atua no seu mundo e essa atuação produz conseqüências. Acreditamos que o comportamento é selecionado por tais conseqüências, quer o indivíduo as conheça ou não. Segundo Skinner (1974, p. 127), “*não precisamos descrever as contingências de reforço, a fim de sermos afetados por elas*”. As conseqüências, por sua vez, influenciam o comportamento que as produziu. É tal interação entre comportamento e conseqüência que define o comportamento operante, e a influência e a determinação recíprocas, que se estabelecem permitem, ao homem nas palavras de Micheletto e Sérgio (1993), ser sujeito e objeto da própria história. Tal conceito revela que o behaviorismo não aceita o ser humano como um robô determinado pelo meio ambiente; pelo contrário, o define como alguém capaz de ser um agente consciente de seu destino, já que ele pode optar pelas conseqüências. Ele é livre para optar entre vários determinismos. Para isto, porém, é essencial o pleno desenvolvimento da relação do homem com o meio social.

“Uma pessoa torna-se consciente quando uma comunidade verbal organiza contingências em que a pessoa não apenas vê um objeto, mas também vê que o está vendo. Neste sentido especial, a consciência ou percepção é um produto social” (Skinner, 1974, p. 220) e, conseqüentemente, *“comunidades verbais diferentes geram diferentes quantidades e tipos de consciência ou percepção”* (Skinner 1974, p. 221).

Tal comunidade verbal vem a constituir aquilo que Skinner (1974) chama de cultura:

“Como um conjunto de contingências de reforço mantido por um grupo, possivelmente formuladas por meio de regras ou leis, (essa cultura) tem uma condição física bem definida; uma

existência contínua para além das vidas dos membros do grupo; um padrão que se altera à medida que certas práticas lhe são acrescentadas, descartadas ou modificadas; e, sobretudo, poder. Uma cultura assim definida controla o comportamento dos membros do grupo que a prática.” (p. 203).

O que se espera é que, dentro do conjunto de contingências culturais, aquelas que controlam comportamentos éticos ocupem papel de destaque. A capacidade de um grupo social para se desenvolver e se perpetuar tem estreita relação com o espectro de comportamento éticos que o grupo instala e mantém nos membros que compõem a comunidade. O comportamento ético é fruto de contingências sociais, não das naturais. Um ferro quente queimará a mão que o tocar, seja ela de um rei ou de um plebeu, do herói ou do traidor... À comunidade social — ao conhecer as conseqüências naturais, — cabe — e este sim é um problema ético — proteger seus membros das conseqüências naturais adversas ou, no outro extremo, ajudá-los a entrar em contacto com as conseqüências reforçadoras positivas naturais. Cabe à comunidade dispor contingências de reforçamento que instalem e mantenham o comportamento do adulto de ensinar uma criança a manejar apropriadamente o ferro quente, por exemplo. Cabe à comunidade dispor contingências de reforçamento que instalem e mantenham os comportamentos dos membros da comunidade científica para informar sobre os malefícios da exposição prolongada à energia radioativa, uma vez que o ser humano não dispõe de órgãos sensoriais capazes de detectar-lhe a presença, nem os males que ela gera a médio e a longo prazo. Como extensão da discussão acima cabe, finalmente, à comunidade, dispor contingências de reforçamento que instalem e mantenham os comportamentos de seus membros para gerar reforços positivos, evitar reforços negativos, aumentar os bens para a maioria, evitar os males para a maioria, prevenir problemas previsíveis, solucionar problemas correntes etc., para o bem-estar da maioria. Usar energia radioativa para diagnóstico e cura, usar o vento para gerar energia não poluente, orientar os pais e educadores para usarem contingências de reforçamento positivo em lugar de punição, usar a maleabilidade do metal quente para forjar ferramentas e instrumentos de ajuda ao invés de armas etc. são alguns exemplos. A emissão, por parte dos membros de uma comunidade social, de classes de comportamento de cooperação, ajuda, desenvolvimento etc. ou classes de comportamento de competição, de destruição, de vantagem individual etc. não é resultado da boa vontade. É resultado da operação de contingências de reforçamento.

Há um outro tipo de controle ainda mais perigoso. O controle por conseqüências gratificantes. Nas palavras de Skinner (1961):

“Raramente queremos admitir que estamos envolvidos no controle do comportamento de outra pessoa. As técnicas mais comuns de controle usam força ou ameaça de força e são questionáveis para o controlado e são censuradas pela sociedade. Mas as técnicas toleradas de educação, persuasão e diálogo moral diferem apenas nos processos comportamentais através das quais operam e por minimizar certos efeitos colaterais. Elas são também recursos pelos quais um homem controla o comportamento do outro em algum grau.” (p. 18).

Em outro parágrafo, Skinner explicita, ainda mais claramente, possível perigo do reforçamento positivo:

“Uma pessoa submetida a um reforçamento positivo se sente livre. Pede-se que faça aquilo de que gosta ou aquilo que quer fazer, porém muitas de suas “vantagens” assustam. O perigo se esconde atrás da própria irresistibilidade do controle positivo. O castigo tem, pelo menos, o mérito de provocar um contracontrole. O controlador punitivo corre o risco de ter alguns problemas, mas o controlador positivo pode estabelecer uma nova e surpreendente forma de despotismo. Estas são, sem dúvida alguma, conseqüências que devem ser estudadas seriamente. Todo tipo de conhecimento científico pode ser mal utilizado e aquele de quem depende o controle do comportamento humano é particularmente ameaçador. O controlador precisa ser, ele próprio, controlado.” (conforme a transcreveu Querzola, 1976, p. 96).

Tais inter-relações envolvem situações em que o controlador leva o controlado a desejar e a agir de acordo com os interesses do dominador: o escravo feliz. Neste contexto, o controlado não discrimina a que está respondendo e, no nível de sua percepção ou consciência, ele dirá que fez porque escolheu fazer, alheio às condições externas que determinaram tal ação. Em outras palavras, responde a aspectos limitados do contexto: discrimina, por exemplo, a conseqüência, mas não o que controla aquele que libera a conseqüência. Por exemplo, é sensível ao elogio por alguém, mas não é sensível ao que controla o comportamento de elogiar (em linguagem cotidiana: qual a “intenção” do controlador?) Em Rousseau, encontramos o modelo da professora que, de forma sutil e afetiva, leva o aluno a fazer exatamente o que ela quer que ele faça. O mesmo ocorre nos numerosos exemplos de seitas religiosas que fanatizam seus seguidores e que os estimulam a procedimentos hediondos pela realização da fé e dos seus valores íntimos e religiosos. Skinner aponta que um governo pode se esquivar do contracontrole aversivo, que surgiria se adotasse medidas coercitivas de cobrança de impostos para a população, programando formas indiretas de arrecadação de dinheiro através de loterias. As pessoas não são obrigadas a comprar o bilhete, mas o compram, e o governo recebe sua parte, sem arcar com o ônus da obrigatoriedade. A análise skinneriana do salário é semelhante à marxista em alguns pontos: o empregado não é levado a trabalhar porque é reforçado positivamente pelo dinheiro que recebe no fim da tarefa, mas porque esse salário lhe permite sobreviver, comer, agasalhar-se (se possível). É controle aversivo: o trabalho produz o salário, mas o sentimento resultante de “satisfação” pelo dinheiro ganho é ilusório; o real sentimento é de alívio, pois a remuneração vai permitir (dentro de limites) que a pessoa e a família se livrem de condições aversivas da penúria.

O controle positivo pode produzir seres humanos bastante desadaptados. O reforçamento contínuo leva a um desenvolvimento comportamental em que a pessoa tem baixa resistência à frustração, dando origem a adultos frustrados, sem iniciativa, dependentes e que, em geral, se tornam agressivos, quando as condições de vida se tornam adversas, em particular contra as pessoas que os reforçaram. A argumentação de que o amor inclui liberar conseqüências reforçadoras, sem estar sob controle das contingências

(em outras palavras, a pessoa, por exemplo, libera um reforço social, um carinho, sob controle dos sentimentos que tem pelo outro e não sob controle dos comportamentos do outro. Assim, dou um beijo afetuoso em meu filho porque estou com saudades dele, não porque tirou uma boa nota), não diminui a gravidade do problema. Aquilo que é “bom” reforça, independente do desejo do controlador. Mais que isso, fortalece algum comportamento, mesmo que seja de maneira supersticiosa. A não consciência, por parte de quem maneja os eventos e por parte de quem é o receptor desse manejo, gera graves distorções. Lembro-me de um cliente que se casou e descobriu, espantado, que não tinha a menor idéia de quanto devia pôr de leite e de café no seu copo para preparar o café com leite, porque a mãe, a vida inteira, lhe trouxe pronto. O papel da mãe foi preenchido pela esposa. A partir daí, a relação deixa de ter o status de marido-mulher e mais se aproxima do padrão mãe-filho. Esse cliente não se queixou nunca de não ter sido amado, mas é infeliz e dependente... Poderiam ser apresentados muitos outros exemplos clínicos de como o amor destrói... Há diferença fundamental entre *receber* algo bom e *conquistar* algo bom. *Temos que considerar a possibilidade de que o fortalecimento do comportamento é mais importante que receber bens* (Skinner, 1978, p.36).

Skinner (1987) faz uma importante distinção entre os efeitos de satisfação e de fortalecimento do reforço positivo:

“Eles ocorrem em momentos diferentes e são sentidos como coisas diferentes. Quando sentimos prazer não estamos necessariamente sentindo uma maior inclinação a nos comportarmos da mesma maneira. Quando repetimos comportamento que foi reforçado, por outro lado, não sentimos o efeito agradável que sentimos na ocasião em que o reforçamento ocorreu. Acredito que as práticas culturais emergiram principalmente devido ao efeito agradável do reforçamento e que grande parte do efeito fortalecedor das conseqüências do comportamento se perdeu.” (p. 17).

O argumento fundamental de Skinner é que uma sociedade que provê abundância de reforçadores, mas não estabelece como prioridade necessária a relação de causalidade entre o comportamento do indivíduo e a conseqüência reforçadora (o comportamento *produz* a conseqüência), gera indivíduos que têm acesso a muitos bens, mas pouco fazem para consegui-los. Tornam-se pessoas acomodadas, sem interesses genuínos, sem iniciativa, dependentes, intolerantes com as mudanças que não lhes sejam favoráveis. Não fazem muitas das coisas que poderiam fazer, o que as priva do acesso a novos reforçadores naturais resultantes do comportamento emitido e limita o repertório geral de comportamentos, tornando-as vulneráveis a quaisquer mudanças no contexto que exija delas variação comportamental. Leia a frase de Skinner (1987):

“O que está errado com a vida (no Ocidente) não é que ela tem reforçadores demais, mas é que os reforçadores não são contingentes aos tipos de comportamento que desenvolvem o indivíduo ou promovem a sobrevivência da cultura ou da espécie.” (p.24).

Seria oportuno retomar, neste ponto, os conceitos de reforço positivo e evento aversivo, como conceitos *funcionais*.

“A complexidade técnica e metodológica do reforço se encontra, fundamentalmente, em seu caráter idiossincrático, ou seja, no fato de que os organismos possuem uma sensibilidade diferencial às contingências de reforçamento.” (Dorna e Mendez, 1979, p. 87).

O que define um evento como reforçador positivo ou aversivo não é o controlador, mas o outro na relação. Não é a intenção de alguém de reforçar com um sorriso que torna o sorriso reforçador. É, isto sim, o que o sorriso controla no indivíduo para quem ele dirige esse sorriso. O problema, até certa medida, está no bajulador, mas o cerne da questão se centraliza no bajulado, que se deixa controlar pela relação hipócrita. O papel do terapeuta consiste em colaborar para que o cliente perceba a que responde, da forma que responde e se prepare para o contracontrole. Assim, ajudá-lo a deixar de ocupar a posição de sujeito passivo na sua relação com o mundo, para que passe a assumir o papel de agente ativo, que pode alterar seu contexto de vida.

O que é instigante e desafiador nas relações interpessoais é que as contingências não funcionam de maneira linear, mas elas compõem uma rede intrincada de influências recíprocas, que precisam ser levadas em conta no todo e não isoladamente. As contingências de desenvolvimento do repertório comportamental do indivíduo (história de vida) dão função aos eventos atuais, que são idiossincráticos; os eventos atuais são função de tal história de contingências e de operações estabelecedoras atuando no momento em que as contingências de reforço aparecem. Assim, por exemplo, quando um dos pais diz ao filho: “Boa prova hoje...”, tal frase pode ter várias funções: trata-se de um encorajamento (“Desejo que você vá bem na prova e conte comigo para qualquer desempenho...”); ou, um estímulo pré-aversivo (“Vá bem na prova, pois isso é o que espero de um filho no qual invisto tanto...”); um estímulo discriminativo para punição negativa (“Vá bem na prova, pois do seu resultado depende nossa viagem no feriado...”), tudo isso sem nem mesmo apontar o significativo quantitativo de “boa prova” (Serve sete ou não menos que nove?). Para detectar a função eficiente de qualquer evento há que se considerar as pessoas envolvidas, a história de contingência delas e o contexto momentâneo. Um cliente pode revelar ao terapeuta que nunca foi punido na vida: “Não me lembro de meu pai ter me batido, me colocado de castigo, nem mesmo gritado comigo. Lembro-me dele me elogiando pela organização do meu quarto, pelo meu boletim, pelos meus comportamentos ‘adultos’...” O terapeuta pode, porém, detectar que o cliente tem um amplo e apropriado repertório de fuga-esquiva, que o protegeu do contato com conseqüências aversivas provindas do pai, que viriam, caso seu repertório fosse inadequado do ponto de vista do pai. Quanto à forma linear, o cliente descreveu um repertório de comportamentos mantido por reforço positivo generalizado; quanto à função, o terapeuta pode ter identificado um eficiente repertório de fuga-esquiva desenvolvido pelo cliente (Guilhardi, 2005). A avaliação do repertório do cliente precisa responder às questões: tal repertório é basicamente constituído de comportamentos de fuga-esquiva, reforçados negativamente, ou de comportamentos de encontro, reforçados positivamente, e de sentimentos de ansiedade, medo, responsabilidade excessiva, preocupação etc., produzidos por contingências coercitivas, ou de sentimentos de satisfação, prazer, bem-estar etc., produzidos por

contingências reforçadoras positivas? O cliente pode estar alienado das funções comportamentais nas quais está inserido, nomeá-las incorretamente e, não obstante, se comportar e sentir em função delas. O papel do terapeuta consiste em levá-lo a conhecer as reais contingências em operação e, dentro do possível, lidar com elas e alterá-las se necessário.

Pode-se dizer que “a *ideologia behaviorista subjacente ao que é moral e ético é a sobrevivência da cultura*” (Dorna e Méndez, 1979, p.104). Isto se alcança com a participação ativa de seus membros no processo de mutação social. Se nossa sociedade só for capaz de produzir homogeneidade, a cultura não tem como sobreviver. A adaptação leva a um suicídio lento, mas inevitável. A variabilidade dos indivíduos é que permite a espiral ascendente do desenvolvimento da comunidade.

Nas palavras de Skinner (1983):

“Uma cultura deve ser transmitida de geração em geração e, provavelmente, sua força dependerá do que e de que modo seus membros aprendem, se através de contingências informais ou de instituições educacionais. Necessita do apoio de seus membros e deve proporcionar a busca e o alcance da felicidade se quer prevenir deslealdade ou deserção. Deve ser razoavelmente estável, mas também deve mudar e será, provavelmente, mais sólida se for capaz de evitar um respeito excessivo à tradição e o medo ao novo, de um lado, e as transformações demasiadamente rápidas, de outro. Por último, uma cultura deverá possuir uma dose especial de valor de sobrevivência ao encorajar seus membros a analisarem suas práticas e a experimentarem outras novas.” (p. 116).

Não há um modelador de comportamento capaz de modelar um Michelangelo para esculpir Davi. Na melhor das hipóteses, pode-se ensinar alguém a segurar os instrumentos de trabalho, a desenvolver uma alta resistência à frustração que o mantém trabalhando horas incansáveis, a estimular uma delicada capacidade de percepção para discriminar detalhes no objeto que produz, os quais controlam seu comportamento de ir além. No entanto, o Belo que ele produz com cada pancada no mármore será o produto final de uma longa história de reforçamento a que ele foi submetido, impossível de ser repetida. Neste sentido, essa história é única e lhe propiciou um autoconhecimento e autocontrole inimitáveis.

“O comportamento do artesão (bem como do artista) é reforçado, em cada estágio, por aqueles reforços condicionados chamados sinais de progresso. Uma tarefa particular pode levar um dia, uma semana, um mês ou um ano, mas praticamente cada ato produz alguma coisa que fará parte do todo e é, portanto, positivamente reforçador.” (Skinner, 1978, p.39).

Mas o que, além dos reforços naturais produzidos pelos comportamentos do artista, o mantém trabalhando? Volte a Michelangelo. A relação dele com a religião, em particular com o papa Júlio II — que representava a força de uma instituição poderosa: a Igreja

Católica —, foi fundamental na seleção de seus comportamentos de escultor e pintor. A criatividade, o novo, o produto artístico de um homem e o legado que oferece à civilização por vir não é resultado, exclusivamente, das contingências idiossincráticas e pessoais que modelam os comportamentos de um homem, mas também das contingências sociais que mantêm uma instituição religiosa e um grupo social, provendo conseqüências sobre tal membro do grupo. A genialidade de Michelangelo, exibida pelos produtos de seus comportamentos artísticos, foi em grande medida determinada pelo momento histórico da sociedade em que viveu (Renascimento), daquilo que era reforçador para a agência controladora (Igreja), pelas conseqüências sociais liberadas pelos contemporâneos dele, em função do que lhes era reforçador ou aversivo e assim por diante.

Prefiro não falar em Ética, mas em comportamento ético.

“Ética nada mais é que outra forma de controle... os membros de um grupo social se controlam reciprocamente através de uma técnica que, não de uma maneira imprópria, tem sido chamada de ‘ética’.” (Skinner, 1961, p. 25).

Ou seja, tal comportamento é produzido e controlado segundo os mesmos princípios que os demais comportamentos. A ética, como um conjunto de regras ou normas, é mais uma forma de controle... Os membros de um grupo social se controlam reciprocamente em função dessas regras. Para serem eficazes, tais regras devem ser analisadas à luz das contingências que as produziram (passado) e que as mantêm (presente).

O indivíduo terá (ou não) comportamentos éticos em função da sociedade em que está inserido, da família em que se desenvolveu, da escola em que se formou, das condições do ambiente em que atua, do meio social, enfim. Um código de ética profissional neste sentido é útil, porém é um instrumento passivo. Ele explicita regras de conduta, mas poderá não ter nenhuma utilidade, já que essas regras não serão seguidas, se não existirem razões para segui-las. Essas razões não estão dentro do indivíduo como uma propriedade ou característica sua, mas nas fontes de controle social. Não é por acaso que as maiores e mais freqüentes violações éticas ocorrem, exatamente, contra os grupos sociais ou indivíduos que têm menor capacidade de contracontrole: idosos, prisioneiros, psicóticos, pessoas com desenvolvimento atípico, para citar os mais freqüentes. Não é que as pessoas que lidam com estes grupos sejam mais desumanas que as que lidam com outros grupos. É que os idosos, prisioneiros etc., por terem menor possibilidade de contracontrole, não estabelecem e não mantêm comportamentos éticos (numa linguagem comportamental: não possuem repertórios de comportamento que maximizam controle reforçador positivo, contingente a desenvolvimento, independência, iniciativa, participação etc. e que minimizam controle aversivo que produz submissão, dependência, exclusão social etc.).

“Comportamentos benevolentes, éticos, devotados, justos etc. são mantidos por conseqüências de contracontrole e, quando estas não existem, esses comportamentos tampouco existem.” (Skinner, 1974, p. 191).

Skinner mais adiante retoma o papel das contingências sociais:

“O comportamento que qualificamos de moral ou justo é um produto de tipos especiais de contingências sociais organizadas por governos, religiões, sistemas econômicos e grupos éticos. Precisamos analisar tais contingências se pretendemos construir um mundo em que as pessoas ajam moral e equitativamente, e um primeiro passo nessa direção é descartar a moralidade e a justiça como possessões pessoais.” (Skinner, 1974, p. 244).

Finalmente, Skinner (1956) propôs um critério fundamental para avaliar o comportamento ético:

“As pessoas se comportam de maneiras, como se disse, que estão de acordo com os padrões éticos, governamentais ou religiosos, porque elas são reforçadas por assim agirem. O comportamento resultante pode ter conseqüências de longo alcance para a sobrevivência do padrão ao qual se adaptou. E, quer isso nos agrade ou não, a sobrevivência é o critério último. Aí está, ao que me parece, em que a ciência pode ajudar: não na escolha de uma meta, mas em nos habilitar para prever o valor de sobrevivência de práticas culturais.” (p. 34).

Assim, podemos concluir com Bayés (1976): *“se o que desejamos é construir um homem novo, devemos mudar a sociedade, e esta sociedade, uma vez mudada, selecionará os comportamentos do homem de amanhã.”*

Como podemos atuar, enquanto psicólogos, para colaborar com o processo de mudança da sociedade? Há várias possibilidades ao nosso alcance:

1. revisão do processo de formação do Psicólogo: ampla e profunda reformulação curricular nos cursos de formação, com ênfase em:
 - a. maiores possibilidades de atuação prática desde o início do curso, com supervisão direta. Há uma profunda diferença entre o aprendiz dizer o que fez e ser observado fazendo; entre aprender lendo ou assistindo a aulas e aprender fazendo;
 - b. relação íntima entre teoria e prática sem dissociá-las, já que são dois aspectos inseparáveis de uma mesma realidade. A prática sem a reflexão (teoria) é ação cega, movimento aleatório; a teoria sem a prática é conhecimento estéril e ôco;
 - c. aprimoramento das atividades básicas da ciência. A Psicologia é ciência e deve se ater aos cânones científicos que lhe dão referência e credibilidade. Cabe distinguir uma sólida formação metodológica de uma forte formação tecnológica;

“A tecnologia tanto pode servir de instrumento de ‘adaptação’, como de ‘liberação’, dependendo do contexto em que se efetivar a prática. Uma sólida formação

científica permite a descoberta das leis naturais que controlam o comportamento. O conhecimento destas leis dá ao cientista condições de fornecer à comunidade as informações e instrumentos necessários para melhor compreender as contingências sócio-culturais que mantêm as relações humanas e de produção na forma atual. Isto enfraquecerá a importância dos agentes externos de controle: publicitários, terapeutas, sacerdotes, policiais, etc.” (Dorna e Méndez, 1979, pp. 102 e 103)

- d. desenvolver habilidades para trabalhar em equipes intra-profissionais e inter-profissionais, de forma a enriquecer o meio-profissional que influirá em seu comportamento (expor-se a novas e mais amplas contingências sociais e profissionais de reforçamento).
2. criação de eventos, comissões etc. que mantenham sistematicamente a discussão de temas éticos e político-ideológicos da profissão, que permitam que o comportamento ético seja cada vez mais elaborado e desenvolvido. Programação e realização de congressos, simpósios etc., em que os psicólogos tenham amplas possibilidades de contarem o que fazem e como fazem, de forma que a comunidade profissional se influencie reciprocamente e modele padrões adequados e éticos de desempenhos no seu trabalho. Não se trata de um evento fiscalizador, mas estimulador de trocas de experiência. Estes eventos deveriam enfatizar a participação dos profissionais não acadêmicos (sem, é claro, exclusão destes), já que a comunidade universitária dispõe as contingências de controle sobre seus pares de forma mais explícita. Falta ao clínico um controle equivalente, já que a agência que mais diretamente poderia contracontrolá-lo, o cliente, não está em geral em condições de exercer tal controle (tipicamente, o cliente procura o terapeuta cujos valores são mais próximos dos seus).
 3. realização de cursos (ou outras práticas) de orientação e/ou esclarecimentos sobre as possibilidades e perigos da Psicologia para leigos (nosso público potencial), a fim de que tenham elementos informativos para:
 - a. saber em que a Psicologia tem condições de colaborar para sua melhoria de vida (o conhecimento dá poder) e;
 - b. saber dos limites de nossa eventual contribuição, para não serem vítimas de charlatanismo e pseudo-conhecimento.

Podemos acrescentar ainda que:

“o conhecimento dos mecanismos e tipos de controle constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento bem sucedido de práticas de contracontrole.” (Dorna e Méndez, 1979, p.115).

Esta é uma tarefa concreta a que a comunidade psicológica precisa se propor. A ampla divulgação, junto à comunidade profissional e leiga, do que se conhece a

respeito das formas de controle a que as pessoas são submetidas e das práticas de contracontrole que poderiam adotar, é uma atitude ética e produtora de liberdade. Essa informação deveria ser divulgada tanto no que diz respeito ao controle social como um todo, quanto ao papel da Psicologia em particular (quais são os mecanismos de controle produzidos pela nossa profissão, a que e a quem servem e os possíveis contracontroles).

4. Aprimoramento da formação profissional e pessoal dos psicólogos através de duas práticas:
 - a. trabalhar sob supervisão ou em grupos de discussão: é tese do presente texto a influência do outro como elemento social indispensável para o desenvolvimento de padrões comportamentais mais elaborados e “conscientes”. O mesmo se aplica aos comportamentos profissionais;
 - b. submeter-se aos mecanismos que a Psicologia utiliza: empregar as atitudes da Ciência para analisar os fenômenos comportamentais — objeto de interesse — na prática profissional; e beneficiar-se das técnicas psicoterapêuticas para tornar-se — ele mesmo — consciente dos determinantes de seus comportamentos e sentimentos, como pessoa.

Além das sugestões expostas, mais especificamente, como os analistas de comportamento podem contribuir para a mudança da sociedade? Dorna e Méndez (1979) sistematizaram alguns pontos que resumi abaixo (pp. 32 a 35) e aos quais acrescentei outros, que não devem ser considerados definitivos e completos:

1. O saber do analista de comportamento corresponde a um conhecimento (sistematizado a partir da ordenada aplicação do método científico das ciências naturais) transmissível dos princípios e das leis que controlam o comportamento, oferecendo ao cliente um conjunto de instrumentos técnico-metodológicos que serão discutidos e aplicados de comum acordo.
2. O estudo científico do comportamento humano ensina que as mesmas leis empíricas do comportamento se aplicam tanto aos comportamentos chamados de “patológicos” como de “normais”. Não há, portanto, comportamentos “doentes” ou “saudáveis”; “normais” ou “patológicos”. São simplesmente, comportamentos, cujos determinantes precisam ser identificados e alterados, se necessário.
3. O comportamento deve ser analisado em contexto. O contexto envolve a história de contingências, as contingências correntemente em operação, a atuação de operações estabelecedoras e história genética. O comportamento é a interação do organismo com o ambiente, levando em conta todos os níveis de influências assinalados.
4. Associado ao item anterior, a análise do comportamento dá grande importância ao estudo das condições antecedentes e conseqüentes do comportamento de interesse. Em particular às funções dos estímulos antecedentes e conseqüentes,

que possuem um caráter específico para o ser humano. Cada solução tem uma especificidade ímpar, embora dentro de conceitos comportamentais.

5. O controle do comportamento humano repousa no ambiente (ambiente é tudo aquilo que é externo à própria resposta, de acordo com Matos, 1997), portanto a aplicação da tecnologia comportamental deve estar centrada na manipulação das variáveis do meio e não na manipulação do indivíduo.
6. A visão do homem como uma unidade biológica em ativa e constante interação com o meio nega o dualismo cartesiano e propõe um monismo interacional entre o homem e o ambiente. As explicações das ações humanas devem ser buscadas nas variáveis ambientais, organizadas na forma de contingências de reforçamento e não em simples interpretações do tipo S—R ou S— O— R.
7. Os sentimentos também ocupam seu legítimo lugar na análise do comportamento. Sentimentos são manifestações do organismo (como tal, comportamentos) determinadas por contingências de reforçamento, como quaisquer comportamentos, e não com função de causa de outros comportamentos (Guilhardi, 2004).
8. Em última análise, as relações de controle e de contracontrole devem ser demonstradas através de análise e controle de variáveis e não apenas descritas ou sugeridas, embora se reconheça a dificuldade prática desta exigência nos ambientes aplicados.
9. O homem, através de seu comportamento, produz conseqüências que, por sua vez, influenciam o próprio comportamento que as produziu. O papel de sujeito e objeto de sua própria história comportamental diferencia totalmente o ser humano da visão que lhe atribuem os críticos da análise do comportamento.
10. Uma concepção científica não é um conhecimento passivo. Uma vez postas em evidência as leis que regem uma parte do nosso universo, podemos lidar com ele mais adequadamente. Prever um evento permite nos prepararmos melhor para o momento em que ele se apresentar. Porém, da previsão pode-se também extrair a possibilidade de outros eventos que se considere convenientes. Além disso, as regras ou leis do conhecimento geram novos métodos de análise e de intervenção para estudar os eventos isolados, os quais, uma vez testados experimentalmente, virão a prover novas proposições.
11. Todos os fenômenos humanos que são da competência do psicólogo — manifestos ou encobertos — são comportamentos e como tal sujeitos às mesmas leis. Os eventos encobertos são observáveis, pois não se postula a verdade pela concordância, e o que os difere dos comportamentos manifestos é sua acessibilidade à observação, não a sua natureza. Tanto os comportamentos manifestos como os encobertos são manifestações do organismo, não da mente ou da psique.

12. O enfoque comportamental — em virtude de sua vocação científica em busca das leis naturais que controlam o comportamento — reúne as condições necessárias para facilitar o acesso da comunidade às informações e instrumentos necessários para melhor esclarecer as contingências sócio-culturais que mantêm as relações humanas e de produção na forma atual.
13. O homem é parte do problema ou da solução? Ele está habilitado a ser parte da solução na direta proporção em que conheça as leis do comportamento e as aplique em benefício do desenvolvimento individual em harmonia com o desenvolvimento da sociedade.
14. As áreas em que o analista de comportamento pode atuar em prol de uma sociedade melhor envolvem atuações em nível pessoal, como, por exemplo, o trabalho terapêutico; dentro de instituições, como, por exemplo, influenciando o sistema de ensino, hospitais gerais e instituições psiquiátricas; no aprimoramento de técnicas de influência e de alteração de comportamento elaboradas através de pesquisas, como, por exemplo, desenvolvendo procedimentos para lidar com pessoas com desenvolvimento atípico ou procedimentos para tornar o ensino mais eficaz; em nível grupal, trabalhos preventivos, como, por exemplo, orientação para pais, professores, casais etc.; em apoio à comunidade, desenvolvendo projetos de identificação e reivindicação de direitos assegurados por lei (e até alterá-las, se necessário), a partir da instalação de repertórios de identificação e de alteração de controles aversivos ou positivos que favorecem o controlador em detrimento do controlado; etc.
15. Publicações de analistas de comportamento especificamente sobre temas de comportamento ético, controle e contracontrole, planejamento cultural, metacontingências etc., tanto num estilo voltado para especialistas da área, como num padrão para o público geral (ver Skinner, 1983; Holland, 1973, 1975 e 1978; Guilhardi, *in* Brandão, M. Z. S. *et al.* 2002 e 2003).
16. A sociedade, para sobreviver, deve conter contingências de reforçamento desenvolvidas por seus membros, que instalem e mantenham variabilidade comportamental e heterogeneidade de comportamentos, conforme já foi assinalado, incluindo muito especificamente comportamentos de contracontrole. Segue abaixo um exemplo. A publicação e divulgação do texto que se segue é um exemplo de contingências de reforçamento que a cultura programa e mantém em favor de sua sobrevivência e desenvolvimento (suponha uma comunidade que censurasse a divulgação de tal texto...). A eloquência do texto e a coragem que expressa exemplificam, sem necessidade de comentários adicionais, uma maneira de manter comportamentos éticos e de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade melhor:

O discurso de Unamuno

Em 1936, no início da Guerra Civil Espanhola, Miguel do Unamuno era reitor vitalício da Universidade de Salamanca. No dia 12 de outubro daquele ano, durante uma

sessão pública no campus universitário, o general Millán Astray fez um discurso criticando veemente os adversários do franquismo, sobretudo a ação dos intelectuais. Foi nesse discurso que o general proferiu o famoso grito: “Abaixo a inteligência! Viva a morte!” Fez-se um silêncio gelado na assembleia. Ninguém ousara até então desafiar os militares e todos aguardavam, com expectativa, a palavra do reitor. Desafiar o general seria o mesmo que desafiar o franquismo. A palavra de Unamuno não se fez esperar. Sua célebre resposta está aqui:

“ Estais esperando minhas palavras. Me conheceis bem e sabeis que sou incapaz de permanecer em silêncio. Às vezes, permanecer calado equivale a mentir. Porque o silêncio pode ser interpretado como concordância. Quero fazer alguns comentários sobre o discurso — já que tenho que chamá-lo de algum modo — do general Millán Astray, que se encontra entre nós... Acabo de ouvir o necrófilo e insensato grito: “Viva a morte”. E eu, que tenho passado minha vida compondo paradoxos que despertavam a ira de alguns que não os compreendiam, quero dizer, como especialista no assunto, que este paradoxo me parece repelente. O general Millán Astray é um inválido. Não é preciso que digamos isto em um tom mais baixo. É um inválido de guerra. Também o foi Cervantes. Porém, desgraçadamente, na Espanha há atualmente mutilados em excesso. E, se Deus não nos ajudar, rapidamente haverá muitíssimos mais. Atormenta-me pensar que o general Millán Astray possa ditar as normas da psicologia da massa. De um mutilado, que não tenha a grandeza espiritual de Cervantes, pode-se esperar que encontre um terrível alívio vendo como se multiplicam os mutilados ao seu redor.”

Neste momento, Millán Astray gritou: “Abaixo a inteligência! Viva a morte!”

“Este é o templo da inteligência. E eu sou seu sumo sacerdote. Estais profanando seu recinto sagrado. Vencereis porque tendes força bruta de sobra. Porém, não convencereis. Para convencer é necessário persuadir. E para persuadir necessitareis de algo que vos falta: razão e direito na luta. Parece-me inútil pedir-vos que penseis na Espanha.”

Referências

- ARISTÓTELES, (1984) *Ética a Nicômaco*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- BANDURA, A. (1969) *Principles of Behavior Modification*. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- BAYÉS, R. (1976) citado por Dorna, A. e Méndez, H. (1979) *Ideologia y Conductismo*. Barcelona: Editorial Fontanella.

- BRANDÃO, M. Z. S., CONTE, F. C. S. e MEZZARROBA, S. M. B. (2003). *Comportamento Humano II: Tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor*. Santo André: ESETec.
- DORNA, A. e Méndez, H. (1979) *Ideologia y Conductismo*. Barcelona: Editorial Fontanella.
- GUILHARDI, H. J. (2002). Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. In: Maria Zilah Brandão, Fátima C. S. Conte e Solange M. B. Mezzaroba (Orgs.). *Comportamento Humano: Tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor*. Santo André: ESETec.
- GUILHARDI, H. J. (2004). Uma utopia possível: “células” de *Walden II*, *ABPMC Contexto*, nº 29.
- GUILHARDI, H. J. (2005). Interação entre História de Contingências Presentes na Determinação de Comportamentos e Sentimentos Atuais. In: Hélio José Guilhardi e Noreen Campbell de Aguirre (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição*, v. 15. Santo André: ESETec.
- GUILHARDI, H. J. (2004). Considerações sobre o papel do terapeuta ao lidar com sentimentos do cliente. In: Maria Z. S. Brandão, Fátima C. S. Conte, Fernanda S. Brandão, Yara K. Ingberman, Vera L. M. Silva e Simone M. Oliani (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição*, v. 13. Santo André: ESETec.
- HOLLAND, J. G. (1973). Servirán los principios conductuales a los revolucionarios? Em F. S. Keller e E. Ribes (Eds). *Modificación de conducta. Aplicaciones a la educación*. México: Trillas.
- HOLLAND, J. G. (1975). La modificación de la conducta de prisioneros, pacientes y otras personas como prescripción para la planificación de la sociedad. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 1, 119-135.
- HOLLAND, J. G. (1978). Behaviorism: part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174.
- QUERZOLA J. (1976). Le triste savoir ou le manifeste behavioriste: un marché, une demande, un message. B. F. Skinner devant le sénateur Edward Kennedy. *Autrement*, 4, p. 95 - 98).
- MATOS, M. A. (1997). Com o que o Behaviorismo Radical Trabalha. In: BANACO, R. A. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição*, v.1. Santo André: Arbytes.
- MICHELETTO, N. e SÉRIO, T. M. A. P. (1993). Homem: Objeto ou Sujeito para Skinner? In: *Temas de Psicologia: Análises da Análise do Comportamento: do Conceito à Aplicação*, v. 2. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicologia.
- SKINNER, B. F. (1956). Some Issues Concerning the Control of Human Behavior in B. F. Skinner (1961). *Cumulative Record*, New York: Appleton.
- SKINNER, B. F. (1974) *About Behaviorism*. New York: Alfred A. Knopl.
- SKINNER, B. F. (1978) *Reflections on Behaviorism and Society*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- SKINNER, B. F. (1961). Freedom and the Control of Man. In B. F. Skinner. *Cumulative Record*. New York: Appleton. Publicação Original 1956.
- SKINNER, B. F. (1983). *O Mito da Liberdade*. São Paulo: Summus. Publicação original 1971.